

Vetos Derrubados	
Crimes	Penas
Não se identificar como policial durante uma captura	• Detenção de 6 meses a 2 anos
Não se identificar como policial durante um interrogatório	• Multa
Impedir encontro do preso com seu advogado	• Indenização
Impedir que preso/réu/investigado sente-se e consulte seu	• Perda do cargo público (em caso de reincidência)
Negar ao investigado acesso a documentos relativos a etapas vencidas da investigação	• Inabilitação para cargos públicos por 1a 5 anos (em caso de reincidência)
Atribuir culpa publicamente antes de formalizar uma acusação	
Decretar prisão fora das hipóteses legais	• Detenção de 1 a 4 anos
Não relaxar prisão ilegal	• Multa
Não substituir prisão preventiva por outra medida cautelar, quando	• Indenização
Não conceder liberdade provisória, quando couber	• Perda do cargo público (em caso de reincidência)
Não deferir habeas corpus cabível	• Inabilitação para cargos públicos por 1a 5 anos (em caso de reincidência)
Constranger o preso a produzir prova contra si ou contra outros	
Insistir no interrogatório de quem optou por se manter calado	
Insistir no interrogatório de quem exigiu a presença de advogado enquanto não houver advogado presente	
Iniciar investigação contra pessoa sabidamente inocente	
Vetos Mantidos	
CRIMES	JUSTIFICATIVAS
Executar prisão ou busca e apreensão sem flagrante ou mandado	Um flagrante pode se alongar no tempo, dependendo do caso
Fotografar ou filmar preso sem consentimento (exceção: produção de provas, documentação de condições carcerárias)	Não é possível o controle absoluto da captação de imagens por parte de particulares ou da imprensa
Usar algemas sem necessidade (a pena é dobrada se o(a) detido(a) for menor ou grávida ou se o ato acontecer dentro de unidade)	Já existe súmula vinculante do STF regulamentando o tema (Súmula 11)
Executar mandado de busca e apreensão com mobilização desproporcional de aparato de segurança	O planejamento e a logística das operações competem às forças de segurança
Instigar prática de crime para obter um flagrante (exceções: flagrante esperado ou prorrogado) (a pena é maior se o ato resulta em captura)	Pode conflitar com a Lei de Acesso à Informação, permitindo/exigindo a divulgação de informações que ela protege
Omitir dados ou informações sobre fato judicialmente relevante e não sigiloso pertinente a uma investigação, para prejudicar o	
Deixar de corrigir erro conhecido em processo	Conduta análoga à prevaricação, que é um crime já tipificado
Proibir ou dificultar a reunião pacífica de pessoas para fins legítimos	Direito já garantido pela Constituição